

**PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS NAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS NO NORDESTE BRASILEIRO: OS CASOS DO PIAUÍ E DO CEARÁ**

*INVOLVEMENT OF BUSINESS ORGANIZATIONS IN THE EDUCATION POLICIES IN
BRAZILIAN NORTHEAST: THE CASES OF PIAUÍ AND CEARÁ*

Liliane Xavier Luz¹

Universidade Estadual do Piauí

Antonio Glauber Alves Oliveira²

Universidade Estadual do Piauí

Maria Meirice Pereira Barbosa³

Centro de Ensino Superior do Ceará

RESUMO: Este artigo resultou de um recorte de uma pesquisa sobre a participação das organizações empresariais nas políticas educacionais no Nordeste brasileiro, tendo como estudos de caso os estados do Piauí e do Ceará. Nosso foco principal é a relação entre o público e o privado na educação, tendo como norte conceitual as mudanças nos processos de regulação social que deram suporte às reformas liberais, cujo eixo tem se voltado para a descentralização das políticas sociais, abrindo espaço para que o Estado estabeleça novas relações com o setor privado. Damos particular atenção para a participação do setor privado na gestão das políticas educacionais a partir do contexto das reformas dos anos de 1990, mas com um olhar empírico mais voltado para os anos 2000. A pesquisa de campo ocorreu na esfera da gestão dos sistemas estaduais de ensino e na sede da organização escolhida como exemplo para análise.

Palavras-chave: Público-privado. Educação Brasileira. Reformas. Piauí. Ceará.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Professora do Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: luzlili1@hotmail.com

² Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Campinas e Professor do Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: agao6@hotmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora do Centro de Ensino Superior do Ceará - Faculdades Cearenses. E-mail: meirice@hotmail.com

INVOLVEMENT OF BUSINESS ORGANIZATIONS IN THE EDUCATION POLICIES IN BRAZILIAN NORTHEAST: THE CASES OF PIAUÍ AND CEARÁ

ABSTRACT: This paper is the result of a cutting from a research about the involvement of business organizations in the education policies in Brazilian Northeast, considering the cases of Piauí and Ceará states. Our main focus is the relation between the public and private sectors in the education system - taking into account the changes in the social regulation processes that have given support to the liberal reforms - whose action has moved to decentralization of the social policies, providing openings for the establishment of a new relation between the State and the private sector. We focused on the participation of the business sector in the management of education policies from the context of the reforms in the 1990s, but with an empiric look towards the 2000s. The field research took place in the sphere of management of state education systems and in the seat of the organization chosen as example for the analysis.

Key words: Public-private. Brazilian Education. Reforms. Piauí. Ceará

POLITIQUES EDUCATIVES AU NORD-EST DU BRÉSIL ET INGERENCE DU SECTEUR PRIVE : LES CAS PIAUÍ ET CEARÁ

RÉSUMÉ: Cet article résulte en partie d'une recherche sur l'ingérence d'entreprises dans les politiques éducatives au Nord-est du Brésil, en prenant comme études de cas, les États de Piauí et Ceará. Notre principal objectif a été la relation entre l'enseignement public et privé, en prenant en considération les changements dans le processus de régulation sociale au nord dans les processus de régulation sociale qui s'inscrivent en droite ligne des réformes libérales, et qui ont comme effet la décentralisation des politiques sociales, ouvrant la voie pour l'établissement de nouvelles relations avec le secteur privé. Nous avons accordé une attention particulière à la participation du secteur privé dans la gestion des politiques éducatives à partir du contexte des réformes des années 1990, mais avec un regard plus empirique à partir des années 2000. La recherche sur le terrain a été effectuée dans le domaine de la gestion des systèmes éducatifs des États et dans le siège de l'organisation choisie comme exemple pour l'analyse.

Mots clés: Public-privé. L'Education au Brésil. Réformes. Piauí. Ceará

Considerações Iniciais

Este artigo resultou de um recorte de uma pesquisa sobre a participação das organizações empresariais nas políticas educacionais no Nordeste brasileiro, tendo como estudos de caso os estados do Piauí e do Ceará. Nosso foco principal é a relação entre o público e o privado na educação, tendo como norte conceitual as mudanças nos processos de regulação social que deram suporte às reformas liberais, cujo eixo

tem se voltado para a descentralização das políticas sociais, abrindo espaço para que o Estado estabeleça novas relações com o setor privado. Demos particular atenção para a participação do setor privado na gestão das políticas educacionais a partir do contexto das reformas dos anos de 1990, mas com um olhar empírico mais voltado para os anos 2000.

A pesquisa de campo teve como referência a esfera da gestão dos sistemas estaduais de ensino (secretarias estaduais de educação) e organizações do setor privado atuam diretamente na gestão da educação pública nos dois estados, configurando, assim, duas dimensões da investigação. Inicialmente, realizamos um mapeamento das organizações do setor privado que atuam na rede pública dos sistemas de ensino do Piauí e do Ceará, com o objetivo de entender melhor o campo de investigação, identificar o perfil das organizações do setor privado que desenvolvem ações no âmbito da educação em parceria com o poder público nos dois estados e definir com mais clareza uma organização empresarial que serviria de exemplo para nossa pesquisa, no caso o Instituto Qualidade no Ensino.

Nesse texto priorizamos apresentar inicialmente uma discussão que realizamos sobre a reforma do Estado no contexto da revisão do pensamento liberal durante o século XX e a redefinição das relações entre o público e o privado nesse processo. Em seguida, nossa análise busca identificar o perfil das parcerias entre as organizações do setor privado e a esfera pública educacional no Piauí e no Ceará, tendo como referência um mapeamento que elaboramos contemplando informações relativas às organizações envolvidas nas parcerias. Por último, apresentamos as considerações acerca dos casos estudados e as conclusões alcançadas.

Algumas Particularidades do Pensamento Reformista no Contexto do Liberalismo

Ao longo do século XX o pensamento liberal passou por revisões em vários momentos históricos, tendo em vista, sobretudo, mudanças na regulação social a partir do Estado. O confronto mais recente e que deu origem às reformas desde meados dos anos de 1980 ocorreu entre o modelo de Estado de Bem-Estar e o que ficou conhecido como neoliberalismo.

Este processo deve-se a uma transição nos padrões de produção do capitalismo, baseados no modelo fordista-keynesiano, para um modo de acumulação flexível, em decorrência das transformações no campo das tecnologias e da autonomia do capital financeiro transnacional (HARVEY, 1992). O modelo anterior garantiu tanto a expansão do capitalismo como o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social durante várias décadas e, ainda que

parcialmente, garantiu a satisfação das demandas sociais dos trabalhadores. A partir da década de 1970, progressivamente o capitalismo foi diminuindo sua capacidade de acumulação e, conseqüentemente, diminuiu os investimentos que mantinham a lógica estabelecida de satisfação do capital e do trabalho, contribuindo para o desencadeamento de uma “crise fiscal” do Estado. Essas mudanças resultaram em “modificações radicais em processos de trabalhos, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poder e práticas do Estado” (HARVEY, 1992, p. 117).

Nesse contexto, o Estado foi colocado diante da crise de regulação no conjunto dos problemas globais. Como afirma Offe (1984), o neoconservadorismo colocou tanto a crise econômica, financeira, de meio-ambiente como também a “crise de autoridade estatal” como um “problema” da governabilidade, em cujo centro se encontra também a problemática da “ingovernabilidade” (OFFE, 1984). Essa perspectiva favoreceu uma condução uniformizante nos projetos de implementação das reformas tanto para o Estado como para a educação. Embora com um grau diferenciado de intervenção estatal na economia e no social nos distintos países e regiões, um argumento comum que deu lugar à crítica à centralidade do Estado foi uma suposta incapacidade de administrar com qualidade os serviços públicos e de manter a economia estável.

Enquanto na *racionalidade política* do welfare-state, o modo de governar a economia, a sociedade, as pessoas e os cidadãos era do ponto de vista do “social”, convertido de certos princípios morais e de certas concepções particulares da natureza e dos habitantes, que se traduziram em intervenções estatais com objetivos econômicos e de seguridade social, o neoliberalismo busca recodificar o lugar do Estado no discurso político, em que as estratégias de reorganização da *racionalidade política* contrapõem a economia planificada a partir do Estado e valorizam o mercado como centro de organização da vida econômica e social (ROSE; MILLER, 1992).

Isso se evidencia no posicionamento de autores como Hayek, considerado um dos principais representantes do pensamento neoliberal. Segundo este autor, a sociedade do livre-mercado representa o avanço das liberdades individuais em todos os sentidos, enquanto as sociedades que foram muito além com a presença do Estado, a exemplo do welfare state e do socialismo, destruíram todas as formas de liberdade e individualismo que estavam sendo construídas pela civilização moderna, aprimorando o “totalitarismo” e o “caminho da servidão”, através do monopólio do Estado e da coletivização (HAYEK, 1944).

Dentro do próprio pensamento neoliberal surgem posições diferenciadas de como governar a economia e o social, muito embora uma característica comum seja a contraposição à regulamentação estatal como limite à livre concorrência. Para Friedman (1985) - outro representante do pensamento neoliberal -, por exemplo, a sociedade livre é a que tem como base o princípio geral do mercado para satisfazer as necessidades individuais. Contudo, ele atribui algumas funções ao Estado, tais como a proteção do indivíduo e da esfera nacional, a afirmação da educação básica e, principalmente, o estabelecimento de regras e garantias de uma estrutura necessária à definição dos direitos de propriedade e competitividade, com fins de evitar os monopólios e outras imperfeições dos mercados (FRIEDMAN, 1985).

Na prática, esta forma de pensar a governabilidade do capitalismo representava outra fase do neoliberalismo, pois este em sua primeira fase se havia mostrado ineficiente na recuperação da economia, além de aumentar as desigualdades sociais traduzidas no crescimento da pobreza e do desemprego e criar fortes conflitos sociais em níveis globais, regionais e locais.

No caso da América Latina, por exemplo, as reformas estiveram entrelaçadas com os processos de democratização política e de luta pela expansão dos direitos. Os mesmos processos vieram acompanhados de “profundos realinhamentos nas políticas globais” (ACUÑA, 1994, p. 17), em que as reformas são incluídas na institucionalidade do Estado e adequadas aos momentos de crises, transcendendo os mandatos governamentais, o que resultará também em crise de legitimidade política.

Do final dos anos de 1980 em diante, a ênfase nas políticas econômicas voltou-se para o crescimento sustentado, “apoiado na elevação da competitividade sistêmica e no esforço a mecanismos de modernização e flexibilização das estruturas e fatores sociais condizentes com as novas tecnologias” (DRAIBE, 1993, p. 92). Em relação às políticas sociais, as proposições também foram alteradas, tendo em vista atingir um patamar de equidade em áreas como educação, saúde e infra-estrutura enquanto estratégia de “eliminação da pobreza”, desenvolvimento e competitividade (DRAIBE, 1993).

Portanto, “o neoliberalismo não abandona a ‘vontade de governar’, senão mantém a visão de que o fracasso do governo para alcançar seus objetivos pode ser superado se se inventam novas estratégias de governo que triunfam” (ROSE, 1997, p. 33). As estratégias encontradas são as que se servem de mecanismos que permitem que, nas instituições políticas, outros atores sociais sejam de forma nova sujeitos de responsabilidade (ROSE, 1997), pois uma das características do “liberalismo avançado” é a pluralização dos programas sociais, como um

fenômeno relacionado com a mutação do conceito de “o social” desenvolvido durante o século XX (ROSE, 1997).

Em contrapartida, na redefinição do papel do Estado implementam-se formas de governo que atuam por meio de entidades que conformam redes de poderes quase autônomas, num universo de organizações sociais, comunitárias, empresariais, profissionais, de voluntariado etc., assumindo funções, por exemplo, de serviços educativos até então vinculadas somente ao poder público. “A reconfiguração do poder político que este processo supõe não pode ser entendida em termos de oposição entre o Estado e o mercado” (ROSE, 1997, p. 37), mas na sua complementaridade, pois “novos mecanismos são implementados e utilizados pelas autoridades políticas para vincular as ações de um heterogêneo conjunto de organizações, governando-as ‘a distância’ através da instrumentalização de uma ‘autonomia regulada’” (ROSE, 1997, p. 37).

O Estado, visto como produtor da crise torna-se, então, o ponto de convergência para sua solução, por meio do qual os governos buscam formas de governabilidade pelo caminho das reformas. Trata-se de estabelecer novos processos de regulação social que permitam governar com outros atores por meio do Estado. No caso das políticas sociais, particularmente das educacionais, essa reconfiguração demanda uma forma de intervenção que adote uma perspectiva que favoreça a competitividade e a descentralização da gestão em várias dimensões, embora com monitorização do poder político.

A utilização de medidas para garantia da governabilidade tornou-se um fim perseguido pelos governos no processo de implementação das reformas, tendo em vista resolverem conflitos, seja de ordem econômica, política ou social. Nem sempre as medidas adotadas alcançam o êxito desejado, o que acaba por resultar na redefinição de novas estratégias de governo com a mesma finalidade: resolver o problema da “governabilidade” do capitalismo ou aperfeiçoar o modelo em curso.

É neste percurso que se disseminou mais uma vertente dentro do pensamento liberal durante os anos de 1990: a “Terceira Via”, que surgiu combinando vários elementos das racionalidades políticas anteriores, tendo como principal mentor Anthony Giddens (1996; 2000), um dos assessores do governo trabalhista inglês. Essa vertente apresentou-se como uma versão “renovada” dos modelos de governos anteriores, colocando-se como intermediária entre o capitalismo e o socialismo e com pretensões de ir além das oposições entre direita e esquerda (GIDDENS, 1996).

Tal como na primeira versão do neoliberalismo, a Terceira Via apresentou-se criticando outras versões das racionalidades políticas liberais e como alternativa dentro dos reformismos em curso, o que acabou por reorientar muitos dos projetos das reformas, tanto em países do capitalismo avançado, como na periferia do capitalismo. Nesse sentido, as críticas são direcionadas ao “Estado mínimo”, à “desregulamentação da economia”, ao “individualismo econômico” e à “desconsideração do social”, mas também ao sistema de seguridade social e previdenciário baseado no “compromisso de classes” e no “excesso de burocracia administrativa” (GIDDENS, 1996). Ou seja, a Terceira Via tenta abafar tanto as hipóteses que deram origem ao pensamento neoliberal como as que deram origem ao Estado de Bem-Estar Social, muito embora seus propósitos guardem similaridades com as políticas anteriores. Os adeptos da Terceira Via recomendam, por exemplo, que os governos centrem suas ações na redução da pobreza (GIDDENS, 1996), recomendações voltadas para a focalização das políticas sociais, tal como na racionalidade política neoliberal, que vai ser mais utilizada na tentativa de resolver a crise de sua fase anterior.

Particularmente, na relação entre Estado e sociedade civil, a reforma é pensada como um processo de aprofundamento da *democracia*, em que o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil (GIDDENS, 2000). Nesse caso, as mudanças seriam regulamentadas a partir do governo, tendo os seguintes eixos definidores: a parceria entre Estado e sociedade civil; a renovação comunitária através do aproveitamento da iniciativa local; a proteção da esfera pública local; a prevenção do crime baseada na comunidade, como um meio de “regeneração” social através da “prevenção do risco” e da “desintegração da ordem civil”; a família democrática, tendo em vista as mudanças culturais e a superação da idéia tradicional de família; e o envolvimento do terceiro setor e associações voluntárias, a exemplo da atividade empresarial social e outras organizações “não-lucrativas” nas áreas de educação e saúde, com subsídios e regulação por meio do Estado (GIDDENS, 2000). Desse modo, esta vertente do liberalismo vem se mostrando mais ajustada ao atual modelo de “governo educacional”.

Nesse contexto, a regulamentação jurídico-política das relações entre público e privado tornou-se um imperativo do poder público no sentido de redefinir os espaços de atuação dos atores e incorporá-los na gestão das políticas sociais. Isto se deve, além de outros fatores, à difusão de um pensamento “de que éramos herdeiros de um Estado endividado, burocrático e ineficiente em diversos aspectos” (TEIXEIRA, 2002, p. 105), razão pela qual caberia aos governos “buscarem aproximações com setores da sociedade considerados qualificados e eficientes” (TEIXEIRA, 2002, p. 105). Foi com este suposto que muitos dos atores do setor

privado passaram a ser vistos como eficientes e capazes de gerir as ações públicas e foram regulamentados posteriormente dentro do universo definido como “organizações privadas sem fins lucrativos”.

Daí porque tornou-se fundamental questionar: de que modo tem se configurado particularmente a participação do setor privado no âmbito educacional piauiense e cearense no contexto pós-reforma?

Organizações do Setor Privado na Esfera Pública Educacional Piauiense e Cearense

O caso do Piauí

No levantamento que realizamos das organizações do setor privado que atuam na educação pública piauiense em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC/Pi), identificamos um somatório de 150 (cento e cinquenta) organizações atuando nas distintas regiões do Estado entre 2004 e 2010 e um total de 165 convênios, como demonstram os dados contidos na tabela abaixo.

Tabela 1 - Organizações do setor privado no âmbito educacional piauiense 2004-2010

Anos	Organizações	Convênios
2004	17	17
2005	15	15
2006	22	23
2007	11	11
2008	26	27
2009	42	44
2010	24	28

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pela SEDUC/Pi

Com relação à participação das organizações do setor privado no âmbito da educação piauiense, como a tabela acima revela, tem-se uma variação ascendente ou descendente no número total, com destaque para o intervalo entre 2006 e 2010. É possível verificar aumentos em alguns anos e diminuição nos anos seguintes, sendo notória a forte inserção das organizações durante o ano de 2009, variando inclusive a quantidade de convênios estabelecidos, estes últimos em maior número absoluto do que o das organizações, naquele mesmo ano. Por suposição acreditamos que a explicação desse fato deve-se a concepção da política desenvolvimentista empreendida no Estado, desde 2004, com a eleição de um grupo político-partidário que se declara progressista e ideologicamente de esquerda, o qual pretendia (re)estruturar economicamente o Estado, por meio

de melhoramento da infra-estrutura local a fim de atrair maiores investimentos e promover o crescimento econômico, reiterando a política de equilíbrio fiscal ou *superávit* com racionalização dos investimentos públicos que vem sendo desenvolvida ao longo dos anos pelo governo federal. Tal grupo político parecia acreditar que, por conseqüência, impulsionaria, desse modo, o incremento na realização das políticas sociais, como a Educação. Por outro lado, é possível admitir que os números dêem visibilidade a uma transferência de ações e responsabilidades por parte do Estado a setores da sociedade civil para execução das ações vinculadas à educação no Piauí. Soma-se ainda o fato de que o ano de 2009 foi antecedente às eleições para os cargos executivos e legislativos, especialmente em nível estadual, demandando a necessidade de o executivo efetivar políticas e ações a fim convencer à população votante de seu desempenho otimizado, o que demandaria a execução aligeirada, pontual e focalizada das ações.

Ao olhar a atuação das organizações em foco, percebe-se que primordialmente se caracteriza pela implementação de projetos e programas direcionados à gestão das políticas educacionais por meio de parcerias com a SEDUC/Pi. Esses programas e projetos contemplam em sua maioria à área de formação de professores, ações focalizadas na aprendizagem e na avaliação externa do desempenho dos alunos, por meio de fornecimento de material didático, equipamentos, manutenção da infra-estrutura, reforço escolar, dentre outras. Consideram-se ainda ações voltadas à profissionalização dos estudantes e de suas famílias com a realização de cursos de informática e projetos de inclusão digital, além de cursos sobre empreendedorismo, associativismo e geração de renda.

Conforme as informações na tabela abaixo, podemos perceber que a atuação das organizações do setor privado quando relacionada aos níveis e modalidades de ensino, entre 2004-2010, apresenta considerável pulverização, com certa concentração de ações e projetos na educação básica e naquela de caráter não-formal.⁴ Indica ainda os dados que não existem grandes variações na quantidade de organizações empresariais atuantes no período pesquisado, permanecendo praticamente inalterada a quantidade absoluta em todos os níveis e modalidades educacionais. Fato que permite identificá-lo como conseqüência das reformas políticas na educação, cujo objetivo, dentre outros, é o desenvolvimento de políticas sociais pautadas na “descentralização, focalização e privatização” (DRAIBE, 1993) e na fragmentação das ações junto à sociedade civil.

⁴ Utilizamos a terminologia educação não-formal quando nos referimos às atividades educativas que são realizadas fora do universo escolar, mas que guardam diferenças e similaridades com as que são desenvolvidas na escola, embora não sigam os mesmos parâmetros da educação denominada formal. A respeito do tema educação não-formal, ver Gohn (2001).

Tabela 2 – Organ. do setor privado no âmbito educacional piauiense: níveis/modalidades 2004 - 2010

Níveis/Modalidades	Anos							Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Educação Infantil	03	03	03	01	01	02	01	14
Ensino Fundamental	09	01	04	01	03	02	02	22
Ensino Médio	02	-	-	01	01	-	02	06
Educação Básica	01	07	09	06	08	09	10	50
Educação de Jovens e Adultos	02	02	02	02	-	03	01	12
Educação Especial	-	-	02	-	-	-	01	03
Educação Profissional	02	-	03	01	04	03	-	13
Educação Não-formal	02	-	02	01	15	27	12	59

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pela SEDUC/PI

No que diz respeito ao financiamento e recursos que mantêm as ações alvos das parcerias entre as organizações empresariais e o setor educacional público no Piauí, observou-se, em primeiro lugar, que o maior aporte de recursos é oriundo de fontes públicas, seja estadual e/ou federal. Isto sugere que o percentual de recursos destinados às parcerias, por parte das organizações do setor privado, é diminuto em relação à contrapartida do setor público, corroborando com a idéia de que o Estado tem maior peso na manutenção financeira destas parcerias, mesmo descentralizando as ações para setores da sociedade civil, o que gera controvérsia em relação o discurso da diminuição do papel do Estado na educação. Em segundo lugar, notamos uma oscilação no total de recursos utilizados na manutenção das parcerias durante o período de 2004 a 2010, com elevado aumento no ano de 2008, sendo onze vezes maior do que os recursos utilizados no ano anterior, e posterior decréscimo nos anos de 2009 e 2010, conforme demonstram os dados da tabela seguinte.

Tabela 3 - Recursos financeiros utilizados nas parcerias entre as organizações do setor privado e a SEDUC/PI 2004 - 2010

Anos	Recursos
2004	627.490,75
2005	675.000,14
2006	759.150,00
2007	672.820,00
2008	7.363.863,58
2009	3.186.204,69
2010	3.186.204,69

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pela SEDUC/PI

Convém lembrar ainda que o fenômeno acima descrito ao ser comparado com os dados da tabela 10 induz a alguns questionamentos sobre a relação entre a expansão do número de organizações do setor privado atuantes no âmbito da educação pública no Piauí no ano de 2009 com o decréscimo no volume de recursos utilizados na manutenção das parcerias no mesmo ano,

quando comparado ao ano de 2008. O esclarecimento para a possível contradição nos pareceu alicerçado em dois fatos que marcaram o período em foco. O primeiro diz respeito à explicação sobre o aumento de recursos no ano de 2008. Isto se deve em função de uma parceria firmada entre a SEDUC-Pi e o Instituto Qualidade no Ensino firmou no final do ano de 2007, o qual passou a atuar sistematicamente no sistema estadual de ensino em 2008 com o Programa QualiEscola no Ciclo I do Ensino Fundamental, ampliando ainda no mesmo ano sua atuação para o Ciclo II do Ensino Fundamental, contabilizando o valor de R\$ 5.840.951,10 (cinco milhões, oitocentos e quarenta mil, novecentos cinqüenta e um reais e dez centavos) correspondente a quase 80% do total dos recursos utilizados em 2008.

Já o segundo fato está associado ao contexto político no ano de 2009 e eleitoral no ano de 2010. Conforme mencionado anteriormente, 2009 foi o ano que antecedeu as eleições para o executivo e o legislativo em 2010, em nível federal e estadual, demandando nos estados o cumprimento de agenda política sob a responsabilidade do executivo. No Piauí, em 2009, sobretudo na educação pública, a estratégia escolhida para se dar conta das demandas em curto prazo de tempo frente às intenções político-eleitorais foi a ampliação das parcerias e convênios (como revelam as informações na tabela 10), ao mesmo tempo em que se objetivava o atendimento do maior número possível das reivindicações da sociedade por meio da pulverização das ações, porém sem o envolvimento de grande volume de recursos.

O caso do Ceará

As informações sobre a participação das organizações do setor privado na educação pública cearense foram colhidas a partir de levantamento realizado junto a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC/Ce), indicando uma média de 25 (vinte e cinco) organizações atuantes no sistema de ensino estadual e um total de 52 convênios, no período entre 2004-2010, como consta na tabela abaixo.

**Tabela 4 - Organizações do setor privado no âmbito educacional cearense
2004 – 2010**

Anos	Organizações	Convênios
2004	03	04
2005	01	04
2006	03	05
2007	04	09
2008	04	14
2009	05	08
2010	05	08

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pela SEDUC/Ce

Os dados acima apontam que a participação das organizações empresariais no âmbito educacional cearense no período de 2004-2010 é caracterizada por um reduzido número de organizações atuantes quando comparado ao Piauí, apesar de os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrarem um número bem maior de organizações no Ceará desenvolvendo ações educativas do que o Piauí.⁵ E, em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre os anos de 2000 a 2004, o Ceará aparece como um dos estados com maior percentual de empresas atuando em área social, cerca de 74% das empresas cearenses. Isso, por um lado, reforça a idéia de que há certo agrupamento de parcerias com alguns institutos e fundações, especialmente ao observamos os dados relativos aos convênios, os quais se apresentam constantemente em valores maiores em relação às organizações. Por outro, sugerem que o Estado assume maior controle e regulação sobre as parcerias na medida em que concentra sua relação com o setor privado em restrito número de organizações, especialmente se consideramos as informações relativas aos anos de 2007 e 2008, quando a quantidade de organizações permaneceu inalterada, mas o número de convênios aumentou consideravelmente.

A atuação das organizações, no período de 2004-2010, na realidade cearense é pautada por ações e projetos voltados primordialmente para Educação Especial por meio da contratação de serviços específicos para o atendimento das necessidades e deficiências do alunado e de apoio aos familiares, além da efetivação de cursos profissionalizantes para deficientes auditivos. Contemplam ainda realização de cursos, seminários e oficinas na modalidade da Educação Especial para professores e gestores. Além disso, inclui a execução de projetos orientados para a permanência e avaliação dos alunos do ensino médio.

Estas informações são corroboradas ao olharmos os dados referentes à participação das organizações do setor privado em relação aos níveis e modalidades educacionais no Ceará, na tabela abaixo. No período de 2004-2010 é notória a concentração e o aumento no número de organizações empresariais atuantes na modalidade da Educação Especial, além da total ausência de atuação nas outras modalidades até o ano de 2008, quando se passou a abranger a Educação Não-formal e, posteriormente, o Ensino Médio. Tal representação da realidade coaduna-se com a perspectiva piauiense na medida em que ambas se associam as reformas políticas na educação brasileira, visando, sobretudo, desenvolver ações fragmentadas, focalizadas e descentralizadas no âmbito das políticas sociais. Também é percebida como decorrência do desenvolvimento da

⁵ Segundo dados do IBGE, em 2005 o Ceará tinha ao todo 14.588 “Fundações privadas e associações sem fins lucrativos” e destas 840 se encontravam desenvolvendo ações educativas, empregando 52.308 pessoas e, no Piauí, um total de 6.634, e destas 155 desenvolvendo ações educativas, empregando 52.308 pessoas.

política de inclusão determinada tanto pela LDB (Lei 9.394/96) como no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Lei 10.172), além das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução N° 2, de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação e da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008.

Tabela 5 – Organ. do setor privado no âmbito educacional cearense: níveis/modalidades 2004 - 2010

Níveis/Modalidades	Anos							Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-	02	01	03
Educação Básica	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Especial	04	04	05	09	13	06	07	48
Educação Profissional	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Não-formal	-	-	-	-	01	-	-	01

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pela SEDUC/Ce

No que diz respeito ao financiamento e recursos envolvidos nas ações empreendidas pelas parcerias entre as organizações do setor privado e a SEDUC/Ce, tal como no caso piauiense, foi possível detectar que grande parte do financiamento dos projetos são sustentados por recursos públicos, como mostra a tabela abaixo. Isto se deve, por suposto, que a natureza das ações desenvolvidas estejam vinculados a interesses específicos da própria SEDUC/Ce.

Tabela 6 - Recursos financeiros utilizados nas parcerias entre as organizações do setor privado e a SEDUC/Ce 2004 – 2010

Anos	Recursos
2004	443.679,82
2005	6.787,36
2006	1.279,79
2007	386.838,60
2008	438.213,74
2009	707.076,00
2010	492.836,40

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pela SEDUC/Ce

Outra característica identificada acerca dos recursos financeiros, a partir dos dados elencados, é referente à oscilação ascendente e descende no período de 2004-2010, com forte aplicação de recursos no ano de 2009 apesar da retração na quantidade de convênios contemplados em relação ao ano de 2008, conforme dados da tabela 12. A explicação do fato é dada pela própria natureza das ações executadas no ano de 2009, a qual representava demandas com significativa abrangência, tanto em relação à dimensão espacial (todo o Estado), quanto de

atendimento a expressivos grupos de indivíduos, o que envolveu volume maior de recursos. Convém lembrar que no período citado as ações tiveram como foco a inclusão de alunos deficientes e a necessidade de preparar o sistema a fim de absorver essa nova demanda com suas especificidades e particularidades, especialmente durante o ano de 2009.

Considerações Acerca dos Casos Estudados

No presente artigo nos propusemos a analisar a participação das organizações empresariais na gestão das políticas educacionais nos estados do Piauí e do Ceará objetivando contribuir para a reflexão dessa forma de intervenção no campo das decisões públicas que envolvam a educação brasileira.

Pela constatação dos dados, o Ceará tem um maior número de “organizações do setor privado sem fins lucrativos” em relação ao Piauí. Isto se deve em função da maior participação do poder econômico empresarial no Ceará com significativa presença de empresas do setor privado distintamente do que pudemos perceber no Estado do Piauí. A exemplo do que vem ocorrendo em outros estados brasileiros com maior ou menor número de organizações do setor privado, as entidades são criadas onde também se encontram maior número de empresas, tal como demonstram os dados do IBGE que, em 2009, registrou nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, maior número de empresas e de outras organizações na região Sudeste e com maior concentração no Estado de São Paulo. Também constatamos, nas bases de dados, que um expressivo número de organizações do setor privado desenvolve ações educativas no Ceará, com maior peso do que no Piauí. Porém, ao contrário do que supomos inicialmente - que esta realidade se apresentava também no plano das parcerias com o poder público na educação - no Piauí existe um maior número de organizações em parceria com a Secretaria da Educação quando comparado ao Ceará.

Os dados também apontaram que as parcerias entre a iniciativa privada e a esfera da educação pública no Piauí ocorrem de forma mais pulverizada, abrangendo diferentes recortes na gestão das políticas educacionais. Enquanto que no Ceará é menos expressiva esta pulverização, em que a educação especial se destaca no universo das parcerias.

Contudo, apesar das diferenças, nos chamou a atenção que nos dois estados, o poder público tem incentivado as parcerias com a iniciativa privada na gestão das políticas educacionais,

utilizando-se dos recursos públicos e adequando a legislação para tais finalidades, a exemplo das leis citadas anteriormente. Tais parcerias se situam no contexto das reformas liberais, em que tem predominado a flexibilização das relações de trabalho e a descentralização da gestão das políticas públicas, acompanhados do discurso da eficiência da gestão privada em relação à gestão pública. Nesse sentido, as parcerias nos dois estados se configuram como nas outras regiões do país, em que são realizadas por meio de programas e projetos planejados pela iniciativa privada ou pelo poder público. E, é por meio das parcerias que nos dois estados, indiferentemente das agremiações partidárias, o poder público – intermediado pelas secretarias de educação – está estabelecendo relações com o setor privado. O que diferencia num e noutro Estado é o foco das parcerias.

Nesse sentido, tem prevalecido o discurso da qualidade como retórica da representação do setor privado e, quiçá, em conformidade com a disseminação de um pensamento que prevalece nas instituições públicas de fortalecimento da competitividade dos sistemas de ensino, principalmente quando se refere à gestão das políticas. Outrossim, tem prevalecido a segmentação nos sistemas educativos no atendimento diferenciado das escolas vinculadas aos programas e projetos das instituições parceiras, com desdobramentos na atuação dos sujeitos que historicamente fazem a educação como professores e alunos, pois as escolas se voltam para as exigências das parcerias

Assim sendo, podemos afirmar que, de modo geral, o Estado, enquanto agente de regulação social, tem ampliado e diversificado a forma de participação das organizações da sociedade civil, inclusive incorporando, no âmbito da gestão das políticas públicas, distintos atores e vários mecanismos de execução de políticas, em detrimento de outros mecanismos de constituição cidadã de políticas públicas. Isso se explica pela contínua centralidade do Estado que, diante das crises políticas e econômicas tem reformado os modelos de governabilidade da administração pública, especialmente no âmbito das políticas educacionais, nas quais a presença do Estado é vetor para seu andamento e continuidade.

No mais específico, vale ressaltar que tais modos de implementar políticas educacionais, em ambos os estados demonstram os riscos implicados na socialização e fortalecimento de uma mentalidade de desvalorização do Estado na gestão da educação e de supervalorização dos agentes do mercado, apontando como principais responsáveis pelos problemas educacionais enfrentados no âmbito dos sistemas e das redes de ensino os sujeitos que historicamente levam a cabo a essência do Estado como agente educador. Daí, as relações entre o poder público e o setor privado focarem seus programas e projetos na gestão da educação por meio da formação

continuada e avaliação externa, tendo em vista influir na relação ensino-aprendizagem. E ainda, o poder público tem privilegiado a interlocução com o setor privado através do ensino dos conteúdos e das práticas dos professores e dos gestores das escolas em detrimento de suas experiências e práticas efetivas no sentido de êxitos educacionais e das instituições que tradicionalmente, no Brasil, foram responsáveis pela formação docente, a exemplo das universidades.

Nesse processo, quem aparece executando o papel de mediação são organismos empresariais, os quais, por sua própria característica interna e condicionamento histórico, poderão ser frágeis e/ou incapazes no fortalecimento dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, C. H. The political economy of structural adjustment: the logic of support and opposition to neoliberal reform. In: SMITH, W. C.; ACUÑA, C. H.; GAMARRA, E. A. (Org.). **Latin American political economy in the age of neoliberal reform: theoretical and comparative perspectives for the 1990s.** United States of America: North-South Center/University of Miami, 1994.

ALVARENGA, M. **A escola como instituição singular** (um estudo do Programa Natura-Escola). 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARELARO, L. R. G. O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1039-1066, out, 2005.

BEGHIN, N. **A filantropia empresarial** - nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.

BOCCIA, S. O tamanho da responsabilidade. **Revista Exame**, São Paulo, Editora Abril, 22 dez. 2003.

BRASIL/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. **Estudos e Pesquisas Informação Econômica** n° 8. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP** - Coordenadoria de Comissão Social - CCS, São Paulo, n. 17, 1993.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Edunesp, 1996.

GIDDENS, A. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES JR, O. **Iniciativa privada na educação pública: A FIAT e o Programa Moto Perpétuo**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUIMARÃES, S. D. **Parceria escola pública-empresa privada no Estado de São Paulo, Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado) — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, F. A. von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1944.

KRAWCZYK, N. R. A escola média: um espaço sem consenso. **Cadernos de Pesquisa** - Fundação Carlos Chagas; Autores Associados, São Paulo, n. 120, nov. 2003.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ROSE, N. El gobierno en las democracias liberales “avanzadas”: del liberalismo al neoliberalismo. Traducción de Julia Varela. **Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura**, Barcelona, n. 29, pp. 25-40, 1997.

ROSE, N.; MILLER, P. Political power beyond the State: problematics of government. **British Journal of Sociology**, Londres, v. 2, n. 43, p. 173-205, 1992.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.